

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Fátima O. de Oliveira
Graziela C. Werba

Discorrer sobre Representações Sociais (RS) não tem sido uma tarefa fácil. Elas se colocam, em parte, na ordem da "utopia". Por que RS lembra utopia? Porque nunca se chega ao limite deste conceito: ao nos aproximarmos dele, o vemos escorregar para mais longe, obrigando-nos a transpor nossas próprias fronteiras buscando, novamente, aquele "horizonte perdido".

Atualmente, as discussões em torno da teoria das RS têm ocupado um grande espaço no campo da Psicologia Social, obrigando muitos teóricos e acadêmicos a revisarem seus enfoques, proporcionando a todos novas formas de olhar, entender e interpretar os fenômenos sociais, ajudando a compreender, em última análise, por que as pessoas fazem o que fazem.

Como nasceu esta teoria?

Para Moscovici (1994, p. 8), o conceito de representação social tem suas origens na Sociologia e na Antropologia, através de Durkheim e de Lévi-Bruhl. Inicialmente chamado de representação coletiva, serviu como elemento básico para elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico. Também contribuíram para a criação da teoria das RS, a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky.

A teoria das RS pode ser considerada como uma forma sociológica de Psicologia Social (Farr, 1994). O conceito é mencionado pela primeira vez por Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise, intitulado *Psychanalyse: Son image et son public*. Nesta obra, Moscovici conduz um estudo tentando compreender mais profundamente de que forma a psi-

canálise, ao sair dos grupos fechados e especializados, é ressignificada pelos grupos populares. O que motivou Moscovici a desenvolver o estudo das Representações Sociais dentro de um trabalho científico foi, principalmente, sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não davam conta de explicar a realidade em outras dimensões, principalmente na dimensão histórico-crítica.

No Brasil o interesse pela teoria das RS iniciou no final da década de 70, lembrando sua estreita relação com o desenvolvimento da própria Psicologia Social que, a partir de algumas instituições, assume uma postura mais crítica, não apenas em relação à Psicologia americana, mas também em contrapartida ao "papel subserviente da ciência frente às questões de ordem macro-social" (Spink, 1996, p. 170).

A teoria das RS tem sido discutida, criticada, reformulada e cada vez mais empregada em muitos trabalhos científicos. Apesar de Moscovici recusar-se a conceituá-la de modo definitivo, muitos autores têm-se esforçado para compreendê-la mais profundamente, bem como contribuir para seu desenvolvimento enquanto teoria.

Mas o que são as representações sociais?

As Representações Sociais são "teorias" sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois. L *

De Rosa (1994) distingue entre três níveis de discussão e análise das RS:

- *Nível fenomenológico* – as RS são um objeto de investigação. Esses objetos são elementos da realidade social, são modos de conhecimento, saberes do senso comum que surgem e se legitimam na conversação interpessoal cotidiana e têm como objetivo compreender e controlar a realidade social.

- *Nível teórico* – é o conjunto de definições conceituais e metodológicas, construtos, generalizações e proposições referentes às RS.

• *Nível metateórico* – é o nível das discussões sobre a teoria. Neste colocam-se os debates e as refutações críticas com respeito aos postulados e pressupostos da teoria, juntamente a uma comparação com modelos teóricos de outras teorias.

Para evitar confusões é fundamental distinguir entre estes três níveis, bem como assinalar sobre qual deles se está falando. Quanto à metodologia, nas RS, ela vai variar de acordo com o objeto de estudo, acompanhando paralelamente estes três níveis de discussão.

Apesar de Moscovici não ter apresentado um conceito definitivo de RS, tentou situá-la da seguinte forma:

Moscovici (1981, p. 181) refere que *“por Representações Sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”*.

Talvez seja Jodelet quem melhor e mais detalhadamente conceitue RS como *“uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”* (Jodelet, 1989, p. 36).

Para Guareschi (1996a) são muitos os elementos que costumam estar presentes na noção de RS. Nelas há elementos dinâmicos e explicativos, tanto na realidade social, física ou cultural; elas possuem uma dimensão histórica e transformadora; nelas estão presentes aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é ideológicos. Esses elementos das RS estão sempre presentes nos objetos e nos sujeitos; por isso as RS são sempre relacionais, e portanto sociais.

Um dos elementos fundamentais da teoria das RS é a interligação possível entre *cognição, afeto e ação* no processo de representação. Tanto Jovchelovitch (1996), como Guareschi, mostram a importância desta interligação no processo cognitivo.

A representação, como um processo mental, carrega sempre um sentido simbólico. Jodelet (1988) identifica no ato de representar cinco características fundamentais: 1) representa sempre

um objeto; 2) é imagem e com isso pode alterar a sensação e a idéia, a percepção e o conceito; 3) tem um caráter simbólico significante; 4) tem poder ativo e construtivo; 5) possui um caráter autônomo e generativo.

Para que estudamos as RS?

Estudar RS é buscar conhecer o modo de como um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social, as representações que ele forma sobre uma diversidade de objetos, tanto próximos como remotos, e principalmente o conjunto dos códigos culturais que definem, em cada momento histórico, as regras de uma comunidade.

Uma das principais vantagens desta teoria é sua capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não nos damos conta, mas que possui grande poder mobilizador e explicativo. Torna-se necessário, por isso, estudá-lo para que se possa compreender e identificar como ela atua na motivação das pessoas ao fazer determinado tipo de escolha (comprar, votar, agir, etc.).

É fundamental dar-mos conta de que, na maioria das vezes, nós praticamos determinadas ações, como por exemplo comprar e votar, não por razões lógicas, racionais ou cognitivas, mas por razões principalmente afetivas, simbólicas, míticas, religiosas, etc. A teoria das RS chama a atenção a essa realidade e tenta mostrar a importância de se conhecer essas representações para se compreender o comportamento das pessoas.

O conceito de RS é versátil e três importantes postulados podem se combinar em seu emprego:

- é um conceito abrangente, que compreende outros conceitos tais como: atitudes, opiniões, imagens, ramos de conhecimento;
- possui poder explanatório: não substitui, mas incorpora os outros conceitos, indo mais a fundo na explicação causal dos fenômenos;
- o elemento *social* na teoria das RS é algo constitutivo delas, e não uma entidade separada. O social não determina a pessoa, mas é substantivo dela. O ser humano é tomado como essencialmente social.

Como podemos ver, a teoria das RS é bastante abrangente e seu conceito dinâmico pode nos ajudar a entender as várias dimensões da realidade, quais sejam: a física, a social, a cultural, a cognitiva, e isso tudo de forma objetiva e subjetiva. Essa abertura torna as RS um instrumento valioso e imprescindível no campo da Psicologia Social.

Por que criamos as RS?

Tentando entender a formação e origem das RS, constata-se que criamos as RS para tornar *familiar* o *não familiar*. Este movimento que se processa internamente, vem a serviço de nosso "bem-estar", pois tendemos a rejeitar o estranho, o diferente, enfim, tendemos a negar as novas informações, sensações e percepções que nos trazem desconforto. Para assimilar o não familiar, dois processos básicos podem ser identificados como geradores de RS, o processo de *ancoragem* e *objetivação*. Vejamos primeiro o que significam os conceitos: *familiar* e *não familiar*, a partir das noções de *Universos Reificados* e *Universos Consensuais*.

Poderíamos dizer que existem, na sociedade, dois tipos diferentes de universos de pensamento: os Universos Consensuais (UC) e os Universos Reificados (UR).

Nos UR, que são mundos restritos, circulam as ciências, a objetividade, ou as teorizações abstratas. Nos UC, que são as teorias do senso comum, encontram-se as práticas interativas do dia-a-dia e a produção de RS.

No UC a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada uma com possibilidade de falar em nome do grupo. Nenhum membro possui competência exclusiva. Já no UR, a sociedade é percebida como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais.

O não familiar situa-se, e é gerado, muitas vezes, dentro do UR das ciências e deve ser transferido ao UC do dia-a-dia. Essa tarefa é, geralmente, realizada pelos divulgadores científicos de todos os tipos, como jornalistas, comentaristas econômicos e políticos, professores, propagandistas, que têm nos meios de comunicação de massa um recurso fantástico.

Podemos agora retomar as noções de Ancorem e Objetivação e ver que papel desempenham nesse contexto.

Ancoragem é o processo pelo qual procuramos classificar, encontrar um lugar, para encaixar o não familiar. Pela nossa dificuldade em aceitar o estranho e o diferente, este é muitas vezes percebido como "ameaçador". A ancoragem nos ajuda em tais circunstâncias. É um movimento que implica, na maioria das vezes, em juízo de valor, pois, ao ancorarmos, classificamos uma pessoa, idéia ou objeto e com isso já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta esta dimensão valorativa. Quando algo não se encaixa exatamente a um modelo conhecido, nós o forçamos a assumir determinada forma, ou entrar em determinada categoria, sob pena de não poder ser decodificado. Este processo é fundamental em nossa vida cotidiana, pois nos auxilia a enfrentar as dificuldades de compreensão ou conceituação de determinados fenômenos. Por exemplo, quando surgiu o problema da AIDS, diante das perplexidades e dificuldades em entendê-la e classificá-la, uma das formas encontrada pelo senso comum para dar conta de sua ameaça, foi ancorá-la como uma "peste", mais especificamente "a peste gay" ou "o câncer gay". Assim representada, embora classificada de forma equivocada e preconceituosa, a nova doença pareceu menos ameaçadora, pois já havia sido categorizada pelo senso comum como uma peste, e só aconteceria aos "gays".

Um dos melhores exemplos de como ocorre a *Ancoragem* é fornecido por Jodelet, em seu trabalho sobre a representação social da loucura. Ao abrirem as portas do manicômio e colocarem os doentes mentais em contato com os aldeões na rua, aqueles foram imediatamente julgados por padrões convencionais e comparados a idiotas, vagabundos, epiléticos, ou aos que, no dialeto local, eram chamados de maloqueiros. Quando determinado objeto, ou idéia, é comparado ao paradigma de uma categoria, ele adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela. Neste exemplo, a idéia destes aldeões sobre os idiotas, vagabundos ou epiléticos, foi transferida, sem modificação, aos doentes mentais.

Já a *Objetivação* é o processo pelo qual procuramos tornar *concreto, visível*, uma realidade. Procuramos aliar um conceito com uma imagem, descobrir a qualidade icônica, material, de uma idéia, ou de algo duvidoso. A imagem deixa de ser signo e passa

a ser uma cópia da realidade. Um dos exemplos fornecidos por Moscovici refere-se à religião. Ao se chamar de "pai" a Deus, está-se objetivando uma imagem jamais visualizada (Deus), em uma imagem conhecida (pai), facilitando assim a idéia do que seja "Deus".

Qual a diferença entre representações sociais e outras teorias?

Podemos dizer que a principal diferença entre o conceito de RS de outros conceitos é sua dinamicidade e historicidade específicas. As RS estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea, delineando as representações sociais como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e metamorfose.

Existem diferenças entre o enfoque dado à Psicologia Social americana e o enfoque europeu. A Psicologia Social que floresceu nos EUA é uma Psicologia essencialmente cognitivista, que foi exportada para a Europa (e América do Sul). Ao florescer em solo norte-americano, a Psicologia Social do pós-guerra alimenta-se de uma visão individualista específica de sua cultura, o que Farr (1994) denomina de Psicologia Social psicológica, enfraquecendo a vertente mais interdisciplinar com a sociologia que se chama de Psicologia Social sociológica. É neste contexto que nasce a teoria das RS, teoria esta que, tendo origem em Durkheim, um sociólogo, contrapõe-se à vertente americana e assim o campo de estudos das RS acaba por ampliar a noção de social.

Deve-se fazer uma distinção entre RS e as Representações Coletivas, como empregadas por Durkheim. Sperber (1985), ao explicar a diferença, faz uma analogia com a medicina: diz ele, que a mente humana é susceptível de representações culturais, do mesmo modo que o organismo humano é susceptível de doenças. Ele divide as representações em: *coletivas* – representações duradouras, amplamente distribuídas, ligadas à cultura, transmitida lentamente por gerações, "são tradições" e se comparam à endemia; e *sociais* – são típicas de culturas modernas, espalham-se rapidamente por toda a população, possuem curto período de vida, são parecidos com os "modismos" e se comparam à epidemia.

A Teoria das RS diferencia-se de muitas outras, também no que concerne à visão do social e ser humano. Para a Teoria Comportamentalista, o social é dado como pronto, e o ser humano é condicionado; para a Psicanálise, o social é relegado a uma categoria de menor importância e o ser humano é determinado pelo inconsciente; já para a teoria das RS o social é coletivamente edificado e o ser humano é construído através do social.

Outra importante diferença entre a teoria das RS e outras de tendência mais positivista e funcionalista, é que aquela aceita a existência de conteúdos contraditórios, ou seja, seu estudo e pesquisa não descartam os achados conflitantes; pelo contrário, é a possibilidade de trabalhar com as diferenças que enriquece a compreensão do fenômeno investigado, conferindo à teoria das RS uma dimensão dialética.

Não menos importante na pesquisa das RS é a relação que ela estabelece com o estudo da ideologia, que veremos a seguir.

Que relações se podem estabelecer entre o estudo das RS e ideologia?

A relação que as RS estabelecem com ideologia provoca ainda muitas discussões. Se ideologia for definida como algo reificado, pronto e acabado, como parece ser o sentido que Moscovici dá à ideologia, é evidente que as RS não podem ser identificadas com ela, exatamente pelo fato de serem dinâmicas e sempre passíveis de transformação.

Ultimamente está havendo uma ampla tendência de se definir ideologia de acordo com a definição proposta por Thompson (1995, p. 76): "*Ideologia é o uso das formas simbólicas para criar ou manter relações de dominação*"; em outras palavras, é o sentido a serviço de relações assimétricas, desiguais. O conceito de "sentido" embutido em ideologia é o "sentido" das formas simbólicas inseridas nos contextos sociais. As "formas simbólicas" são um amplo conjunto de ações e falas, imagens e textos que são produzidos pelas pessoas e reconhecidas por elas e outros, como "construtos significativos". As falas e expressões linguísticas são centrais na análise podendo ser também imagens visuais ou construtos que combinam imagens e palavras. Ainda para se entender melhor o que seja ideologia é importante discutir o que

se entende por "dominação". Dominação é uma relação que se estabelece entre pessoas ou grupos, onde uns interferem e se apropriam das capacidades ou habilidades de outros, de maneira assimétrica. Portanto, existem diversas formas de dominação que podem ser: econômica, de gênero, de raça, de etnia, de idade, religiosa, etc. (Guareschi, 1996-b).

Se tomarmos, pois, ideologia como o uso de formas simbólicas para criar ou reproduzir relações de dominação, podemos concluir que as RS, pelo fato de serem formas simbólicas, podem ser ideológicas, mas não podemos deduzir isto a priori. Para dizer que uma RS é ideológica precisamos primeiro mostrar que ela serve em determinadas circunstâncias, para criar ou reproduzir relações de dominação.

Como investigamos as RS?

Não existe uma metodologia exclusiva para a investigação das RS, sendo que, encontramos desde investigações realizadas em uma base quantitativa, como as que trabalham com dados qualitativos, e ainda alguns que fazem uso complementar destas duas abordagens.

Um dos instrumentos mais usados e desenvolvidos na investigação das RS tem sido a técnica dos grupos focais. Existem, é claro, outros tantos que podem ser empregados, de acordo com o propósito da pesquisa, recursos disponíveis (tempo, verba, sujeitos, etc.) inclusive, o estilo do investigador. Mas a técnica dos grupos focais parece se adaptar de maneira mais adequada a esta investigação.

Os grupos focais podem ser descritos, basicamente, como entrevistas que se fundamentam na interação desenvolvida dentro do grupo. O ponto-chave destes grupos é o uso explícito dessa interação para produzir dados e *insights* que seriam difíceis de conseguir fora desta situação. Isso se constitui na grande vantagem desses grupos, a oportunidade que eles oferecem de se estabelecer uma intensa troca de idéias sobre determinado tópico, num período limitado de tempo, onde os dados são discutidos e aprofundados em conjunto. A qualidade dos dados pode ser, em consequência, superior aos de uma entrevista individual. Embora esta técnica tenha sido e é ainda muito usada com fins publici-

tários, está sendo também cada vez mais freqüentemente utilizada no campo das ciências sociais.

Morgan (1988, p. 22) afirma que "a finalidade mais comum dos grupos focais é conduzir uma discussão em grupo que se assemelhe a uma conversação normal e viva entre amigos e vizinhos...". Os grupos focais se prestam, pois, muito bem para a finalidade de "chegar mais próximo às compreensões que os participantes possuem do tópico de interesse do pesquisador". Pode-se compreender, além disso, não apenas "o que", mas também "por que" os participantes pensam da maneira como pensam (p. 24).

O papel do coordenador, nos grupos focais, é o de conduzir a discussão de forma livre, porém com o cuidado de não desviar o tema proposto. As falas dos grupos são geralmente registradas em cassete e seguem os seguintes passos para o trabalho de tratamento dos dados:

a) transcrição das entrevistas;

b) leitura flutuante do material, intercalando a escuta do material gravado com a leitura do material transcrito, de modo a captar os temas propostos, detendo-se na construção, na retórica, permitindo a emergência dos investimentos afetivos;

c) retorno aos objetivos da pesquisa para, após a categorização dos dados, fazer sua interpretação de acordo com os referenciais teóricos em questão.

Desse modo, após a atenta escuta e leitura, são pinçadas verbalizações que revelam uma idéia, ou avaliação, referentes ao tema proposto. A partir daí é possível uma categorização de dados, agrupando-os por afinidade. Destes, surgem as categorias principais a partir das quais se permite a construção de um mapeamento das categorias dos grupos focais.

Um uso muito apropriado do grupo focal é também servir de fundamentação para se criar uma entrevista, ou questionário, mais estruturados para serem aplicados a outros grupos, pessoas, ou para entrevistas individuais.

O número de grupos para se discutir um tema específico pode variar entre três a quatro e a duração normal é de uma hora, chegando às vezes a hora e meia. O tamanho dos grupos varia de

no mínimo quatro participantes, até o máximo de doze, mas o mais recomendado é entre seis e oito participantes.

Um das possíveis maneiras de se interpretar as RS após terem sido levantadas nos grupos focais e mapeadas é utilizar o referencial metodológico baseado em John B. Thompson (1995, capítulo 6) denominado por ele de *Hermenêutica de Profundidade* (HP). Este autor distingue dois níveis de análise na compreensão dos fatos sociais, em especial as formas simbólicas. Um primeiro nível é o da *hermenêutica da vida cotidiana*, que consiste numa descrição fenomenológica dos fatos. Em um segundo nível, denominado *hermenêutica de profundidade*, busca-se investigar e interpretar as formas simbólicas mais profundamente. O processo compõe-se de três fases: a análise sócio-histórica, que investiga o fenômeno na dimensão espaço-temporal, as suas inter-relações sociais, as instituições e a estrutura social; a análise formal ou discursiva, que investiga as formas simbólicas em si mesmas através de diversos tipos de análise de discurso, como a semiótica, a análise sintática, a análise da conversação, a análise argumentativa, a análise narrativa, etc.; finalmente a interpretação, ou re-interpretação, que é o espaço onde se interpretam as formas simbólicas de acordo com os referenciais teóricos em questão. É importante lembrar que toda a interpretação é aberta e conflitiva, sujeita a outras e novas interpretações.

Considerações finais

Ao finalizarmos este capítulo, podemos retomar a questão inicial: que teoria é essa? Parece-nos ser uma teoria nova, aberta e fecunda. Não é uma teoria pronta. Cremos que essa sua incompletude seja justamente uma das suas importantes possibilidades.

Podemos identificar dois grandes avanços, a nosso ver, trazidos por essa teoria:

- a) a teoria das RS trata do conhecimento construído e partilhado entre pessoas, saberes específicos à realidade social, que surgem na vida cotidiana no decorrer das comunicações interpessoais, buscando a compreensão de fenômenos sociais;
- b) a teoria das RS colocou os saberes do senso comum em uma categoria científica. Ela veio valorizar este conhecimento popular, tornando possível e relevante sua investigação.

Talvez estejamos demasiadamente acostumados a trabalhar com teorias já prontas, onde o que poderia ser descoberto já o foi, ou, em outras palavras, teorias que nos são *familiares*, que não nos assustam, mas que, por outro lado, pouco nos provocam. Poderíamos dizer que a provocação é a alma da pesquisa; talvez até possamos arriscar pensar que é este despertar da curiosidade pelo que nos é *não familiar*, não reconhecido previamente, o que nos move a novas descobertas científicas. Aliás, Aristóteles já dizia que a curiosidade é a alma da ciência.

A teoria das RS certamente nos obriga a pensar, exige muito trabalho de interpretação e re-interpretação, coloca-nos frente a dicotomias, conflitos, deixa-nos diante do desconhecido, ela desconcerta! É justamente aí que ela favorece nosso crescimento, pois vemo-nos obrigados a desconstruir certezas envelhecidas e a nos abrimos para novas possibilidades. Todo esse movimento está contido no cerne da própria teoria, que é dinâmica em essência.

Leituras complementares

Conforme mencionamos no início deste capítulo, a teoria das RS é recente, por isso, a bibliografia em português a respeito do assunto não é extensa.

No Brasil, na PUC de São Paulo, há um grupo que trabalha com Mary Jane Spink, organizadora de "*O conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*". São Paulo: Brasiliense, 1993, que apresenta bons trabalhos teóricos e metodológicos sobre representações sociais.

Na PUC do Rio Grande do Sul, outro grupo liderado por Pedrinho Guareschi tem-se dedicado ao estudo e pesquisa em RS. O livro "*Textos em Representações Sociais*". Petrópolis: Vozes, 1994, que organizou com Sandra Jovchelovitch (London School of Economics and Political Science), traz boas discussões sobre a teoria, metodologia e pesquisa em RS. Do mesmo autor, para quem está se "iniciando" em representações sociais, sugerimos um texto básico: "*Representações Sociais: alguns comentários oportunos*", (ver bibliografia).

Na UERJ há outro grupo ligado a Celso Pereira de Sá, autor de "*A Teoria e Pesquisa do Núcleo Central*". Petrópolis: Vozes,